

PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE IBIÚNA

ESTADO DE SÃO PAULO

MENSAGEM Nº 091/03.

IBIÚNA, 19 DE NOVEMBRO DE 2003.

- LEIA-SE EM SESSÃO.
- CÓPIAS AOS EDIS
- AS COMISSÕES. 25/11/2003.

SENHOR PRESIDENTE :

A presente proposição, sob o nº 091/03, desta data, de nossa autoria, tem por finalidade declarar de Utilidade Pública Municipal o Instituto Nacional de Defesa do Consumidor – INADECON, de Ibiúna, tendo em vista tratar-se de instituto sem fins lucrativos que trabalha em defesa dos consumidores, desenvolvendo, destarte, trabalho comunitário em prol de cidadãos que de uma maneira ou de outra sofre algum tipo de discriminação e injustiça, resultantes de negócios realizados com as empresas fornecedoras de bens e serviços localizadas neste Município.

Face à natureza do trabalho realizado pelo INDECON, nada mais justo que o reconhecimento se faça através de edição de lei municipal, declarando-o de Utilidade Pública, como realmente é, o que proporciona a legalização da sua verdadeira característica perante a sociedade e aos poderes públicos constituídos.

Para ensejar o amplo conhecimento por parte dos dignos edis que compõe essa Egrégia Câmara das reais finalidades do instituto em defesa do consumidor, estamos anexando à proposição o seu estatuto.

Em assim sendo, solicitamos que a presente proposição seja deliberada do prazo máximo de que trata o § 1º do art. 45 da Lei Orgânica do Município de Ibiúna.

Secretaria Administrativa
Recebido: 24/11/2003
7.5641



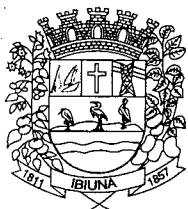
SECRETARIA ADMINISTRATIVA

Projeto de Lei nº 327/2003

Recebido em 24 de 11 de 2003

Prazo vencido em de de

Recebido por



PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE IBIÚNA

ESTADO DE SÃO PAULO

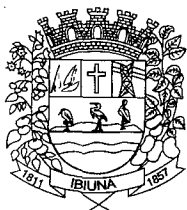
Renovamos a Vossa Excelência, na
oportunidade, nossos protestos de estima e distinta consideração.

FL. 03

FABIO BELLO DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

AO
EXMO. SR.
ALEXANDRE BELLO DE OLLIVEIRA.
DD. PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA
TURÍSTICA DE IBIÚNA.

IBIÚNA / SP.



PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE IBIÚNA

ESTADO DE SÃO PAULO

327/2003

PROJETO DE LEI Nº 091/03. DE 19 DE NOVEMBRO DE 2003.

"Declara de Utilidade Pública Municipal o Instituto Nacional de Defesa do Consumidor - INADECON"

FÁBIO BELLO DE OLIVEIRA, Prefeito do Município da Estância Turística de Ibiúna, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei:

FAZ SABER que a Câmara Municipal aprova e ele sanciona e promulga a seguinte lei:

Art. 1º - Fica declarado de Utilidade Pública Municipal, o Instituto Nacional de Defesa do Consumidor - INADECON, inscrita no CNPJ sob o nº 05.473.961/0001-37 e do CCM 6106, com sede à Rua XV de Novembro, nº 15, Centro, Ibiúna-SP. Cep. 18.50-000.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO DA ESTÂNCIA
TURÍSTICA DE IBIÚNA, AOS 19 DIAS DO MÊS DE NOVEMBRO DE
2003.


FÁBIO BELLO DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO
06.473.961/0001-37

COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO
CADASTRAL

DATA DE ABERTURA
18/12/2002

NOME EMPRESARIAL

INSTITUTO NACIONAL DE DEFESA DO CONSUMIDOR DE IBIUNA - INADECON

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)

INADECON

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL

81.99-6-00 - Outras atividades associativas, na

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA

302-6 - ASSOCIAÇÃO

LOGRADOURO

ESTRADA DO LAJEADINHO

NÚMERO

KM 2

COMPLEMENTO

CEP

18.160-000

BAIRRO/DISTRITO

BAIRRO DO CURRAL

MUNICÍPIO

IBIUNA

UF

SP

SITUAÇÃO CADASTRAL

ATIVA

DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL

18/12/2002

SITUAÇÃO ESPECIAL

DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL

05

ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

REALIZADA EM 25/08/2003

Registro Civil das
Pessoas Jurídicas
Comarca de Ibiuna - SP

VISTO
em
conferência

Aos vinte e cinco dias do mês de agosto do ano de dois mil e três, em sua sede social, na sede sito à Estrada do Lajeadozinho, Km2 - Bairro Curral - Ibiuna - SP, às 9,00, reuniram-se todos os associados do Instituto Nacional de Defesa do Consumidor - Inadecon, convocados que foram previamente, conforme preceito do estatuto social, para discussão e deliberação sobre a mudança da sede social e a execução de reforma estatutária. A assembleia foi presidida por Sr. Carlos Augusto Galier e secretariada por Mário Sérgio Feitosa. Aberta a sessão, após verificada e conferida a presenças, o presidente expôs aos presentes a necessidade de se fazer uma reforma no estatuto, embora nada venha a ser modificado nas suas finalidades e menos ainda no espírito que norteia seus trabalhos e atividades, inspirados que forma nos sentimentos de seus criadores, simplesmente amplia a sua atuação com intuito de se enquadrada como organização civil de interesse público (OSCIPI). Todavia, mostrou o presidente que, dada a necessidade de melhor adequá-lo às exigência legais, a fim de que poder pleitear inscrições, registros, e benefícios em órgãos públicos, o estatuto deverá ser reformado tecnicamente, como esclarecido, em determinados pontos, sendo necessária sua reforma total, o que é permitido por cláusula estatutária. Em seguida o presidente fez a leitura do item por item da proposta, mostrando como passaria a ser o estatuto reformado e consolidado. Todos item foram discutidos e por unanimidade aprovados, inclusive sendo eleitos os membros do Conselho Fiscal, assim escolhidos, Donata Galier Deckner, Alvaro Galier e Divina do Couto, passando assim a ser preenchidos os cargos do Conselho Fiscal, considerando os sócios escolhidos empossados. Todos os item foram discutidos e por unanimidade aprovados, dando a assembleia a sua anuência para que o Instituto Nacional de Defesa do Consumidor - Inadecon, passe agora a ser vivida e dirigido sob as novas diretrizes do novo estatuto. Isto Posto e devidamente aprovado, redigiu-se esta ata, à qual se junta agora cópia do estatuto consolidado que deve ser tido como vigente para normalizar as atividades gerais do Instituto, seguindo das assinaturas devidas, para registro no cartório competente e averbações de praxe.

Ibiuna, 25 de agosto de 2003

CARLOS AUGUSTO GALIER - PRESIDENTE

MÁRIO SÉRGIO FEITOSA - SECRETÁRIO.

AVISO DE RECEBIMENTO DA ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DO INSTITUTO NACIONAL DE DEFESA DO CONSUMIDOR - INADECON

VALIDO SOMENTE COM O SELO DE AUTENTICIDADE

RECONHECO POR SEMELHANÇA E FIRMA(S) SEM VALOR ECONOMICO DE:

CARLOS AUGUSTO GALIER

SAO PAULO, 25 de agosto de 2003.

HELDA APARECIDA PRADO - ESCRIVÃO

Custas: R\$ 2,07 C: 961734 S: 1087020020 AA

OP: Fernanda ALB: 522310791631867

CARTÓRIO DO

FIRMA

1087AA020020



ESTATUTO SOCIAL

"Instituto Nacional de Defesa do Consumidor de Ibiúna - INADECON"

TÍTULO I

DA DENOMINAÇÃO

Art. 1 - O **INSTITUTO NACIONAL DE DEFESA DO CONSUMIDOR DE IBIUNA - INADECON** é uma associação de pessoas que se organizam, para fins não econômicos, com prazo de duração indeterminada.

SEDE DA ASSOCIAÇÃO

Art. 2 - A INADECON tem sua sede no foro da cidade de IBIUNA, no estado de São Paulo, sito à Rua XV de Novembro, 15 - Centro - Ibiúna - SP - CEP 18150-000.

TÍTULO II

FINS SOCIAIS

Art. 3 - A INADECON tem os seguintes objetivos:

I - defender os direitos e legítimos interesses de seus associados e consumidores em geral;

II - colaborar com entidades públicas e privadas constituídas para o combate ao abuso do poder econômico e a repressão aos crimes contra as relações de consumo;

III - Promover, campanhas educativas na área do consumidor;

IV - Oferecer, assistência jurídica gratuita;

V - Promoção de direitos estabelecidos, construção de novos direitos;

VI - Estudos e pesquisas, desenvolvimento de tecnologia alternativas, produção e divulgação de informações do consumidor;

V - Realizar parcerias com entidades afins.

TÍTULO III

QUADRO SOCIAL

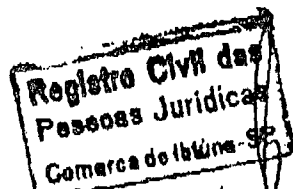
Art. 4 - A INADECON é constituída por ilimitado número de sócios e na forma estabelecida por este estatuto.

Art. 5 - Os sócios da INADECON não respondem subsidiariamente pelas dívidas e obrigações sociais, não sendo as mesmas recíprocas.

CAPÍTULO I

ADMISSÃO, EXCLUSÃO, DIREITOS E DEVERES DOS SÓCIOS.

Art. 6 - A admissão de sócios está condicionada ao preenchimento por parte dos candidatos, dos requisitos de capacidade civil, ficha em modelo padronizado, que inclui, além da concordância expressa com Programa e Estatuto, os seguintes dados do filiado: nome completo, apelido, naturalidade.



sexo, data de nascimento, filiação, profissão, endereço, número da carteira de identidade, CPF, número do título de eleitor e zona eleitoral, e outros estabelecidos pelas normas internas da Associação e à aprovação da diretoria.

Art. 7 - Só serão excluídos, os sócios que cometerem justa causa, que estiverem, estabelecidas neste estatuto e ou ocorrendo motivos graves, devendo esta ser feita em deliberação fundamentada, pela maioria absoluta em assembleia geral convocada para este fim, cabendo recurso desta decisão para a Assembleia Geral, tendo o associado do direito de ampla defesa.

Art. 8 - Serão, também, excluídos os sócios que solicitarem por escrito, sua demissão.

Art. 9 - São direitos dos sócios:

I - votar e ser votado, com direitos iguais, desde que tenha legitimidade conferida para tanto, excetuando nos casos previsto em lei ou no estatuto.

II - usufruir todos os benefícios e vantagens objetivas nas finalidades sociais da Associação;

Art. 10 - São deveres dos sócios:

I - pagar as contribuições a que estão obrigados, nas datas estabelecidas;

II - zelar pelos interesses e conceito da INADECON, comunicando à diretoria qualquer irregularidade que venham a ter conhecimento nas relações de consumo;

III - cumprir todas as prescrições estatutárias e as normas internas da Associação.

CAPÍTULO II CATEGORIAS SOCIAIS

Art. 11 - São três as categorias sociais:

I - Sócio Vitalício;

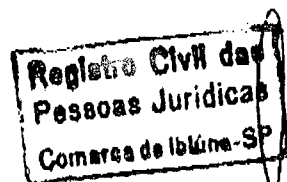
II - Sócio Efetivo;

III - Sócio Honorário.

Art. 12 - São sócios Vitalícios, aqueles integrantes na INADECON por ocasião da sua fundação, conforme assinatura no livro próprio.

Art. 13 - São efetivos os sócios, fundadores ou não, que contribuírem para os cofres sociais, tendo, por isso, plenitude de todos os direitos sociais, inclusive o voto;

Art. 14 - São sócios honorários, todas as pessoas distinguidas com estes títulos pelo Conselho de Administração por relevantes serviços prestados a INADECON, segundo indicação da Diretoria, não tendo, porém, o direito de votarem e serem votados para cargos na Associação.



3

TÍTULO IV

PATRIMÔNIO E FONTE DE RECEITA

Art. 15 - O patrimônio da INADECON será constituído de bem móveis e imóveis, títulos, e valores.

Art. 16 - O patrimônio social será administrado pela diretoria.

Art. 17 - Em caso de extinção da associação, atendido o passivo, o seu patrimônio será doado a uma associação de caridade local.

Art. 18 - As fontes de receita da INADECON compor-se-ão de:

- I - taxas e emolumentos sociais;
- II - subvenções ou doações de qualquer natureza;
- III - rendimentos pela utilização do patrimônio.

TÍTULO V

ORGANIZAÇÃO

Art. 19 - A INADECON terá a seguinte estrutura:

- I - Assembléia Geral;
- II - Conselho de Administração;
- III - Conselho Fiscal
- IV - Diretoria;

CAPÍTULO I

ASSEMBLÉIA GERAL

Art. 20 - A Assembléia Geral, órgão supremo da vontade social, constituída pelos sócios da INADECON, em pleno gozo de seus direitos e que poderão ser eleitos para o cargo da Diretoria e do Conselho Fiscal, reunir-se-á quando convocada, pela Diretoria..

Art. 21 - Compete privativamente à Assembléia Geral:

- I - eleger os administradores;
- II - destituir os administradores;
- III - aprovar as contas;
- IV - alterar os estatutos
- V - julgar os recursos;

Art. 22 - A Convocação da Assembléia Geral far-se-á pela imprensa local mediante editais, e circular afixada no quadro da sede social, com sete (7) dias de antecedência. O edital mencionará, obrigatoriamente, a ordem do dia da Assembléia, local, dia e hora de sua realização em primeira e segunda convocação, assim como do órgão convocador.

Art. 23 - A Assembléia Geral instalar-se-á, garantindo a um quinto dos associados o direito de promovê-la, desde quites com a associação.

Art. 24 - A Assembléia Geral será presidida pelo Presidente pelo I (primeiro) secretário da Diretoria.



Art. 25 - Cada sócio terá direito a um só voto, sendo o voto pessoal e direto e a votação precedida, em regra, pelo modo simbólico, podendo, entretanto, em razão da relevância da matéria e critério da Mesa, ser colhido o voto individual, secreto ou não.

Art. 26 - Os trabalhos da Assembleia Geral serão transcritos em ata, lavrada em livro próprio e assinada pelo Presidente e Secretário.

CAPÍTULO II

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Art. 27 - O Conselho de Administração é constituído de dois (02) membros, eleitos ou reeleitos pela Assembleia Geral, entre os sócios efetivos, tendo mandato de dois (dois) anos e as funções de cada membro indelegáveis.

Art. 28 - O Conselho de Administração elegerá, entre seus membros, o Presidente e o Vice-Presidente, podendo, para melhor desempenho de suas funções, criar outros cargos com funções específicas, nomeando seus titulares.

Art. 29 - O Conselho de Administração reunir-se-á, ordinariamente, duas (02) vezes por ano, nos meses de janeiro e julho e, extraordinariamente, sempre que necessário.

Art. 30 - As reuniões do Conselho de Administração serão convocadas pelo seu Presidente ou a requerimento de um terço (1/3) de seu membros, instalando-se com a presença mínima (03) sócios.

Art. 31 - As deliberações do Conselho de Administração serão tomadas por maioria simples de voto, assegurando ao Presidente o voto de qualidade e registro em ata.

Art. 32 - As vagas do Conselheiro de Administração serão preenchidas por eleição realizada na primeira Assembleia Geral Ordinária após a vacância.

CAPÍTULO III

CONSELHO FISCAL

Art. 33 - O Conselho Fiscal, órgão fiscalizador da gestão financeira da Diretoria, compõe-se de três membros efetivos e três suplentes, eleitos pela Assembleia Geral entre os sócios.

Art. 34 - O mandato do Conselho Fiscal será de três anos e coincidirá com o da Diretoria, sendo os cargos de exercício gratuito.

Art. 35 - Compete ao Conselho Fiscal:

I - Examinar os livros contábeis e demais documentos relativos à escrituração;

II - Verificar o estado de caixa e os valores em depósito;

III - Examinar o relatório da Diretoria e o balanço anual, emitindo parecer para aprovação da Assembleia Geral;



IV - Expor à Assembleia Geral as irregularidades ou erros porventura encontrados, sugerindo as medidas necessárias ao seu saneamento.

Art. 36 - As contas da Diretoria cujo mandato se encerra, serão objeto de pareceres do Conselho Fiscal, cujo mandato vence na mesma ocasião, mesmo que isso ocorra no primeiro trimestre seguinte.

CAPÍTULO IV

DIRETORIA

Art. 37 - A Diretoria é composta de sete(07) membros:

I - Presidente;

II - Vice - Presidente;

III - 1 (primeiro) Secretário;

IV - 2 (segundo) Secretário;

V - 1 (primeiro) Tesoureiro;

VI - 2 (segundo Tesoureiro);

VII - Departamento Jurídico.

Art. 38 - O Presidente e o Vice-Presidente serão eleitos ou reeleitos pelo Conselho de Administração, na forma indicada neste estatuto social, com mandato de 02(dois) anos, ficando a cargo do Presidente eleito o preenchimento dos demais cargos da diretoria, por ele demissível AD NUTUM.

Art. 39 - A eleição será procedida por escrutínio secreto ou, se assim deliberar o Conselho de administração, por simples aclamação, sendo os eleitos empossados logo após sua eleição, mediante termo assinado no livro de atas do Conselho de Administração.

Art. 40 - A Diretoria é considerada em reunião permanente e o comparecimento de seus membros a sede da Associação é obrigatória.

Art. 41 - Em caso de vaga do Presidente, assumirá o Vice-Presidente, que completará o mandato com os demais membros da Diretoria.

Art. 42 - As deliberações da Diretoria serão tomadas por maioria de votos, com o número mínimo de três(03) membros, assegurando ao Presidente o voto de qualidade.

TÍTULO VI

COMPETÊNCIA DAS UNIDADES

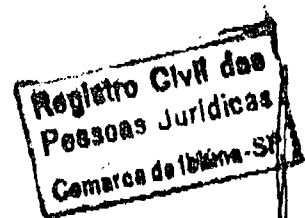
Art. 43 - Ao Conselho de Administração compete:

I - examinar e aprovar as contas da Associação;

II - discutir e aprovar o orçamento da Associação;

III - eleger o Presidente e o Vice-Presidente da Associação, assim como destituí-los;

IV - definir as diretrizes da Associação, assim como aprovar o seu Plano Anual de Trabalho.



6
12

V - O Departamento jurídico, compete orientar e defender os objetivos da INADECON, judicialmente e extrajudicialmente, inclusive o de seus associados, quites com a associação.

Art. 44 - A Diretoria compete:

I - dirigir a associação, cumprindo e fazendo cumprir o presente estatuto, a norma instituída e as diretrizes que lhe forem fixadas pelo Conselho de Administração;

II - criar cargos e funções necessária ao funcionamento da INADECON e fixar-lhes as respectivas remunerações;

III - admitir e demitir empregados;

IV - manter controle rigoroso sobre a situação financeira e orçamentária da Associação, de sua contabilidade, bem como manter acompanhamento permanente sobre a execução de suas atividades;

V - expedir normas e regulamento visando ao bom funcionamento da associação;

VI - apresentar ao Conselho de Administração relatórios semestrais, amplos e minuciosos, sobre a situação patrimonial e financeira da Associação, a execução de sua atividade e do programa de trabalho;

VII - admitir e excluir sócios;

VIII - decidir sobre casos omissos neste estatuto, AD REFERENDUM do Conselho de Administração.

Art. 45 - Compete ainda ao Presidente, em exercício, em conjunto ou separadamente, abrir contas bancárias, assinar cheques, solicitar empréstimos, assinar contratos, convênios e demais documentos relativos à gestão financeira da Associação.

TÍTULO VII

REFORMA DO ESTATUTO SOCIAL

Art. 46 - O Presente Estatuto, só poderá ser reformado pela Assembléia Geral, especialmente convocada para esse fim, não podendo ela deliberar, em primeira convocação, sem a maioria absoluta dos associados, ou com menos de um terço nas convocações seguintes.

Art. 47 - A diretoria fará distribuir a todos os sócios quites com a tesouraria, com antecedência de quinze (15) dias da Assembléia Geral que delibera a reforma estatutária, a justificativa do projeto de reforma, acompanhadas dos dispositivos que pretende reforma.

TÍTULO VIII

DISSOLUÇÃO DA SOCIEDADE.

Art. 48 - A INADECON poderá ser dissolvida por deliberação das Assembléia Geral, em reunião extraordinária, especialmente convocada para esse fim, mediante a votação de dois terços(2/3) dos associados com direito a



voto e votação também correspondente a dois terços(2/3) dos sócios presentes em última convocação.

Art. 49 - Na Assembleia Geral convocada para dissolução da ou extinção, a associação destinará o eventual patrimônio remanescente do seu patrimônio líquido, depois de deduzidas, se for o caso, as quotas ou frações ideais a associações com fins congêneres de fins não econômicos, dotadas de personalidade jurídica, com sede e atividade preponderantes no Estado de São Paulo, preferencialmente no município de origem, devidamente registradas no Conselho Nacional de Assistência Social(CNAS), e, inexistindo estas, a uma entidade pública, conforme decidir a Assembleia Geral.

TÍTULO IX

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 50 - A INADECON, por ser uma associação de fins não econômicos, não distribuirá lucros, bonificações ou concederá vantagens a dirigentes ou associados em geral, sob nenhuma forma ou pretexto.

Art. 51 - A INADECON será representada, ativa e passivamente, judicial ou extraordinariamente, pelo seu Diretor-Presidente em exercício.

Art. 52 - Este Estatuto entrará em vigor na data de sua aprovação pela assembleia Geral, devendo seu extrato se publicado no jornal local da sede da entidade e registrado no Oficial de Registro de Civil das Pessoas Jurídicas da Comarca de Itiuna - SP.

Itiuna, 20 de outubro de 2003

Presidente - CARLOS AUGUSTO GALIER.

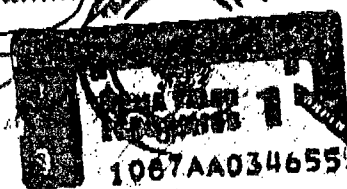
Secretário - MARCO SERNIO FEITOSA.

Dr. Greg. Ferreira dos Santos
OAB/SP 68.262

CARTÓRIO DO J. T. 1.º - COMARCA DE ITIUNA - SP - Av. Nelson Cavalcanti, 1.º - Itiuna - SP - CEP: 13.062-010
Fone: (13) 3662-6191
"VALEDO SOMENTE COM O SELO DE AUTENTICIDADE"

RECONHEÇO POR SEMELHANÇA E FIRMAS COM VALOR ECONÔMICO
CARLOS AUGUSTO GALIER
SÃO PAULO, 24 de outubro de 2003.

NEUZEL AP. PRADO CARNAVAL - ESCRIVENTE
Custas: R\$ 3,50 C: 1969229 S: 108703485 AA
SP: Fernando ALQ: 526388106288581





CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE IBIÚNA

Estado de São Paulo

Rua XV de Novembro, 299 – 18150-000 – Ibiúna – SP. - Fone/Fax: (15) 3241-1266

e-mail: cmibiuna@interlegis.gov.br

CERTIDÃO:

Certifico que o Projeto de Lei nº. 327/2003 de autoria do Chefe do Executivo deu entrada na Secretaria Administrativa no dia 24 de novembro passado, e lido no expediente da Sessão Ordinária do dia 25 de novembro passado.

Certifico mais, conforme despacho do Sr. Presidente foram expedidas fotocópias aos Srs. Vereadores, e à disposição das Comissões para parecer.

Ibiúna, 26 de novembro de 2003.

Amato Gabriel Vieira
Secretário de Dir. do Processo Legislativo

14



COMISSÕES

CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE IBIÚNA

Estado de São Paulo

Rua XV de Novembro, 299 – 18150-000 – Ibiúna – SP., - Fone/Fax:(15) 3241-1266

e-mail: cmibiuna@interlegis.gov.br

PARECER CONJUNTO AO PROJETO DE LEI Nº 327/2003.

AUTORIA:- CHEFE DO EXECUTIVO

RELATOR: VEREADOR LUIZ FERNANDO PEREIRA

**COMISSÕES DE JUSTIÇA E REDAÇÃO; FINANÇAS E ORÇAMENTO; E OBRAS,
SERVIÇOS PÚBLICOS E ATIVIDADES PRIVADAS.**

O Chefe do Executivo apresentou para apreciação desta Casa de Leis no dia 24 de novembro passado, o Projeto de Lei nº. 327/2003 que "Declara de Utilidade Pública Municipal o Instituto Nacional de Defesa do Consumidor - INADECON".

A Comissão de Justiça e Redação em análise a proposta original, quanto a sua competência, sob a legalidade e constitucionalidade, emite parecer favorável pela tramitação, nada impedindo a deliberação pelo Douto Plenário.

Sob o aspecto financeiro e orçamentário, a Comissão competente em estudo, também exara parecer pela tramitação regimental, pois as despesas correrão à conta de dotações próprias consignadas no orçamento vigente, suplementadas se necessário.

Finalizando, a Comissão de Obras, Serviços Públicos e Atividades Privadas também emite parecer pela tramitação normal, pois a proposição visa reconhecer como de utilidade pública o Instituto Nacional de Defesa do Consumidor – INADECON que conforme seus estatutos constitui-se de uma associação de pessoas que se organizam, para fins não econômicos, com prazo de duração indeterminado, com a finalidade de defender os direitos e legítimos interesses de seus associados e consumidores em geral.

Ao Plenário que é soberano em suas decisões.

É o parecer.

**SALA DAS COMISSÕES, VEREADOR JOÃO MELLO, EM 02
DE DEZEMBRO DE 2003.**

LUIZ FERNANDO PEREIRA

RELATOR - PRESIDENTE DA COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO

**CORNÉLIO GABRIEL VIEIRA
VICE-PRESIDENTE**

**PAULO KENJI SASAKI
MEMBRO**

**BENEDITO VIEIRA MARTINS
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO**

**SALVADOR ALVES DOS SANTOS
VICE PRESIDENTE**

**FORTUNATO COELHO RAMALHO
MEMBRO**

**JUVENTINO VIEIRA DIAS
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE OBRAS, SERVIÇOS PÚBLICOS E ATIVIDADES
PRIVADAS**

segue fls. 02



COMISSÕES

CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE IBIÚNA

Estado de São Paulo

Rua XV de Novembro, 299 – 18150-000 – Ibiúna – SP., - Fone/Fax:(15) 3241-1266

e-mail: cmibiuna@interlegis.gov.br

Parecer conjunto ao Projeto de Lei nº. 327/2003 - fls. 02

**PAULO DIAS DE MORAES
VICE - PRESIDENTE**

**ROQUE JOSÉ PEREIRA
MEMBRO**